



***O DISCURSO DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE
ATLETAS TRANS NO ESPORTE***

***EL DISCURSO DE LOS/AS PROFESORES/AS DE EDUCACIÓN FÍSICA
SOBRE ATLETAS TRANS EN EL DEPORTE***

***THE SPEECH OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS ABOUT TRANS
ATHLETES IN SPORT***

Mariana Carvalho dos Santos¹

Rafael Marques Garcia²

Thiago Camargo Iwamoto³

Erik Giuseppe Barbosa Pereira⁴

RESUMO

Objetivamos analisar o discurso de professores/as de Educação Física em formação sobre a legitimidade da/na participação da atleta trans Tiffany Abreu no voleibol feminino, a partir de comentários em um grupo no Facebook. Utilizamos a técnica de análise de discurso para depurar 38 comentários de uma publicação que solicitava a opinião dos membros do grupo virtual sobre o caso de Tiffany no voleibol. Os resultados apontaram para três eixos distintos: 1- o desconhecimento conceitual e teórico na/da temática “trans e esporte”, reforçando o discurso biomédico cisgênero e transfóbico; 2- o reconhecimento das trajetórias trans esportivas e; 3- dúvidas e

¹ monitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física/Didática da Educação Física, Educação Física/Judô ,Educação Física/ Práticas corporais e Educação Física/Voleibol . Milita pelos direitos das pessoas trans, compõe o Instituto Transformar e é ativista da pasta LGBTI.

² Doutor em Educação Física pelo PPGEF/UFRJ e participante do Grupo de Estudos em Corpo, Esporte e Sociedade, o GECOS e do Laboratório de Estudos Corpo, Esporte e Sociedade, o LAbCOESO, devidamente cadastrado pelo DGP do CNPq. Professor substituto no curso de Educação Física da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA.

³ Doutorado em Educação Física pela Universidade de Brasília - UnB,

⁴ Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte pela UERJ.

curiosidades sobre a temática, destacando que a área ainda aborda muito pouco sobre corpos que escapam à cisnormatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Esportes. Pessoas transgênero. Normas de gênero.

RESUMEN

Nuestro objetivo fue analizar el discurso de los/as docentes de Educación Física en formación sobre la legitimidad de/en la participación de la atleta trans Tiffany Abreu en el voleibol femenino, a partir de comentarios en un grupo de Facebook. Utilizamos la técnica del análisis del discurso para depurar 38 comentarios de una publicación que solicitaba la opinión de los integrantes del grupo virtual sobre el caso de Tiffany en el voleibol. Los resultados apuntaron a tres ejes distintos: 1- desconocimiento conceptual y teórico en/del tema “trans y deporte”, reforzando el discurso biomédico cisgénero y transfóbico; 2- o reconocimiento de trayectorias transdeportivas y; 3- dudas y curiosidades sobre el tema, destacando que el área aún aborda muy poco sobre cuerpos que escapan a la cisnormatividad.

PALABRAS-CLAVE: Deportes. Personas transgénero. Normas de género.

ABSTRACT

We analyzed the discourse of Physical Education teachers in training about the legitimacy of/in the participation of trans athlete Tiffany Abreu in women's volleyball, based on comments in a group of Facebook. We used the technique of discourse analysis to debug 38 comments from a publication that solicited the opinion of members of the virtual group about Tiffany's case in volleyball. The results pointed to three distinct axes: 1- conceptual and theoretical ignorance in/of the theme “trans and sport”, reinforcing the cisgender and transphobic biomedical discourse; 2- the recognition of trans sports trajectories and; 3- doubts and curiosities about the subject, noting that the area still addresses very little about bodies that escape cisnormativity.

KEYWORDS: Sports. Transgender persons. Gender norms.

Introdução

Ao falarmos e pensarmos em transexualidade⁵ e esportes no Brasil, em espaços formais e não formais, imediatamente vêm aos nossos imaginários sociais a jogadora de vôlei Tiffany Abreu. Tiffany é uma mulher transexual, brasileira, nortista e de origem humilde que trilhou seu caminho no voleibol brasileiro (antes da transição) e em diversos países europeus, onde realizou sua transição de gênero física e passou a atuar no voleibol feminino, atendendo aos predispostos pela Federação Internacional de

⁵ A transexualidade é uma categoria identitária que está abarcada pela terminologia guarda-chuva transgênero. Entretanto, salientamos que ao acionarmos o prefixo *trans* neste texto, tratamos especificamente da identidade transexual, o que não limita nossas inferências a todas as pessoas que subvertem as normas de gênero *cisheteronormativas* (SIMAKAWA, 2015).

Voleibol (FIVB), esta, por sua vez, amparada pelas recomendações do Comitê Olímpico Internacional (COI) de 2015⁶.

A quase que “exclusividade” ao chamamento do caso Tiffany ao abordarmos a temática “*trans* e esportes” denuncia um processo em que em vários espaços é excluída a possibilidade da existência de outras pessoas *trans* que são/possam vir a ser atletas. Neste cenário, Bento (2008, p. 17) pergunta: “Onde estão os sujeitos que transitam entre os gêneros ou que reivindicam legalmente a passagem de um gênero para outro?”.

Quando um corpo *trans* decide ultrapassar a barreira da “normalidade” e inserir-se num local delimitado e regulamentado por regras, entidades nacionais e internacionais, deflagra-se um ato de resistência e ocupação de espaços que não foram pensados para sua existência. Os processos de inserção social e civilização humana são complexos devido a um emaranhado de fatores que são facilitadores e/ou dificultadores deste interstício. A socialização é o passo inicial para a plenitude humana, pois dentro desse lugar as relações são solidificadas, em múltiplos aspectos que sempre agregarão algum sentido para os grupos sociais, mas primeiramente, para a singularidade do ser em si (LÉVI-STRAUSS, 2018).

Habitar espaços em que a maioria apaga as diferenças por falta de “conhecimento” ou a simples negação de existência do/a outro/a, por não crer que seja possível devido a crenças religiosas e biológicas é, infelizmente, uma situação comum. Socialmente, somos todos/as demarcados/as por enunciados sociais que nos fazem ser compreendidos/as e nos possibilitam compreender as pessoas, sociedades, culturas e estruturas epistemológicas da vida pós-moderna. Simakawa (2015) explica que devido ao processo colonizador imposto aos povos do ocidente, fomos todos/as forçados/as a silenciar nossas singularidades nativas para nos enquadrarmos em sujeitos *cisnormativos*. O prefixo *cis*, conforme sugere Simakawa (2015) é o alicerce de toda norma explorada pelo sujeito universal, ou seja, o colonizador; o sujeito dominante das estruturas do poder que se fortificam pelo emaranhado das intersecções identitárias, tais como a nacionalidade, a raça/etnia, o gênero, a classe, a religião e o nível de instrução.

O padrão *cis* é, portanto, a ilustração de relações de poder que vieram se construindo e perpetuando ao longo da História. A partir disso, torna-se possível

⁶ O COI não sinaliza diretrizes para que os homens *trans* compitam pelo naipe masculino (já que o uso de hormônios androgênicos utilizados por eles não é suficiente para configurar dopagem), permitindo sua livre participação entre seus pares *cis* e, para as mulheres *trans*, solicita que elas se identifiquem no atual gênero, sem mudanças, há pelo menos quatro anos, bem como realizem tratamento hormonal para redução dos níveis de testosterona para abaixo de 10 nmol/L de sangue durante 12 meses antes da primeira competição e durante a mesma, sob pena de banimento da categoria.

compreender por que o homem europeu, branco, heterossexual, de classe média/alta, cristão e letrado legitimou normas de um *cistema* patriarcal, sexista, racista, classista, eurocêntrico e cristianocêntrico: a *cisnormatividade* se traduz na imposição e manutenção de diferenças de poder a partir de violências epistêmicas inerentes à identidade do ser universal, à seu favor e dispor.

Herdamos do estruturalismo o processo de homologia e, com o apoio em Levi-Strauss (2018, p. 301), apontamos que “O princípio fundamental é que a noção de estrutura social não remete à realidade empírica, e sim aos modelos construídos a partir dela”. Podemos perceber, então, o quão as dicotomias “macho *versus* fêmea”, “masculino *versus* feminino”, “azul *versus* rosa”, etc., carregam simbologias de gênero tão fortes e que se interseccionam com outros fatores, como classe social, raça/etnia, sexualidade, etc., à luz daquilo que as barreiras da *cisnormatividade* estabeleceram enquanto “normais”.

Daí emerge a questão: como se passa de uma margem a outra? Onde está o “erro”, o desvio, a “anormalidade” nesse corpo que deflagra a incongruência à uma ou mais dessas leituras? Para Bento (2008, p. 17):

O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas construtivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com supostas disposições naturais.

Enquanto importante aspecto da pós-modernidade e inerente ao processo de construção/vivência dos sujeitos, a cibercultura, conseqüentemente o espaço digital, tem sido um local que (re)desconstrói continuamente as formas de se pensar, agir e sentir das pessoas, sobretudo por haver uma fluidez de interações e comunicações que impactam em dois universos paralelos, porém inter cruzados: o digital e o real. Murthy *apud* Jardim (2018, p. 38) afirma que “[...] a vida cotidiana é, cada vez mais, mediada tecnologicamente, de tal forma que o digital (tanto quanto o físico/presencial) também passou a constituir o campo de pesquisa”.

Neste contexto, a abordagem digital nos ajuda a perceber como os universos digitais e reais, nos dias atuais, estão interligados de uma maneira forte e indissociáveis, que (re)produzem relações de poder e relações de interdependência *epistemo-cislogicamente*. Ou seja, este tipo de intervenção está redefinindo as formas de relacionar-se em vida, alcançando também a produção acadêmica (PINK *et al.*, 2015).

“*The openness*”, que é a ideia de um processo sem final e sem fechamento, é um evento aberto que abre as perspectivas para a subjetividade dos desdobramentos de uma análise digital. Pink *et al.* (2015, p. 2) afirmam que “[...] fazer pesquisas com, através de, e em um ambiente parcialmente constituído por mídia digital levou ao desenvolvimento de métodos novos e inovadores e desafiou os conceitos e categorias analíticas”.

Portanto, o presente artigo se apresenta com o objetivo de analisar o discurso de professores/as de Educação Física em formação sobre a legitimidade da/na participação da atleta *trans* Tiffany Abreu no voleibol feminino (produzido no espaço digital). Para atender ao objetivo, norteamos-nos pela seguinte pergunta: qual a percepção científica que professores/as de Educação Física em formação, uma área diretamente afeta ao fenômeno esportivo, apresentam sobre as (des)vantagens e legalidade da/na participação da atleta supracitada entre as mulheres *cis*?

Procedimentos Metodológicos

Este estudo⁷ é de natureza qualitativa, utilizando como estratégia a técnica de Análise de Discurso (AD). O modelo qualitativo busca alastrar as possibilidades de analisar e perceber os fenômenos sociais ao invés de fechar ou concluí-los. Para Haguette (2006, p. 63), “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno e termos de suas origens e de sua razão de ser”. O estudo qualitativo é sobretudo um “mister dar-lhe-credibilidade científica. É proposta necessária pelo simples fato de que fenômenos qualitativos precisam ser captados qualitativamente, sem perder de vista sua formalização implícita no campo do método científico” (DEMO, 2001, p. 10).

Com relação à nossa estratégia metodológica, a AD, reportamos-nos aos estudos de Pêcheux (2011) e Orlandi (2011) como referências básicas. Ao debruçarmos nossos olhares sobre a AD, vimos necessidade inicial de explicitar nossa concepção de linguagem, situar o que entendemos por discurso para, finalmente, chegarmos ao que chamamos de AD.

Nossa metodologia, inserida nas diretrizes da concepção fenomenológico-hermenêutico, assume que a linguagem incorpora uma ferramenta, cuja sua função

⁷ Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ), sendo o número do parecer 2.004.957 e o protocolo 039-17, grupo III.

nuclear é descortinar os significados, os sentidos, a narrativa e as marcas da enunciação no discurso. O estudo da linguagem nos remete para o que Orlandi (2011, p. 19) considera como “processos históricos-sociais, [...], em se tratando de processos, não consideramos nem a sociedade como um dado ou a linguagem como um produto”. Continuando, a autora percebe o discurso “como a instanciamento do modo de se produzir linguagem, isto é, no discurso se explicita o modo de existência da linguagem que é social” (ORLANDI, 2011, p. 19).

Nesta trilha de pensamento e especificando neste momento a noção de discurso, consideramos as ideias de Orlandi (2011, p. 19) apoiadas em Michel Pêcheux, que o discurso constitui o “[...] efeito de sentidos entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral. Então, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social [...] constituem o sentido da sequência verbal produzida”. Nesta perspectiva, não existem discursos desvinculados de coerções ideológicas e, se nos atentarmos às ponderações de Simakawa (2015), torna-se potencialmente desafiador adotar e compreender posições que conflitam com as principais instâncias do poder e do saber *cisnormativo* construído e legitimado por instâncias caras às sociedades atuais, tais como as Ciências Biológicas e a religião judaico-cristã. Desta forma, formações discursivas representam temas e figuras que materializam uma dada visão de mundo, uma formação ideológica que, em grande parte, pauta-se aos já alicerçados modelos biomédicos e religiosos – ambos fortemente mantenedores da matriz *cistêmica* às organizações sociais.

Logo, aplicamos a AD para analisar os comentários de professores/as de Educação Física em formação em uma postagem realizada no grupo virtual⁸ desses estudantes na rede social *Facebook*⁹. O *post* indagava a opinião dos/as estudantes sobre a participação de atletas *trans* no esporte, mais especificamente Tiffany, no naipe feminino (Figura 1, abaixo). A publicação contou com um total de 38 engajamentos opinativos realizados por alunos/as de diversos períodos do curso. Para coletá-las,

⁸ O grupo é uma comunidade de discentes dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nele, encontram-se presentes alunos/as de vários períodos que, ao longo do curso de graduação, trocam informações, materiais de estudo e estabelecem redes de discussão sobre os assuntos pertinentes ao universo da Educação Física de modo geral. Reforçamos que não existe nenhum mecanismo de verificação das contas para ingresso no grupo, e como a presença de perfis *fakes* é comum nas redes sociais virtuais, existe a possibilidade de estar no grupo perfis desse cunho ou sem vínculo com a instituição.

⁹ Iwamoto (2019, p. 176) situa esse espaço virtual “[...] como um reforçador das normativas culturais e sociais *off-line*, mesmo que seja considerado um sítio amplo para o debate, por haver espaços plurais e específicos para determinados assuntos”.

aguardamos o decorrer e cinco dias, tempo suficiente para que houvesse o engajamento no *post*. A partir daí, transportamos as falas literais para o *Microsoft Word*®, onde suprimimos a identidade (nome) dos/as participantes e iniciamos nosso processo de análise. Por uma questão crítico-metodológica, não categorizamos os posicionamentos por gênero, já que essa atitude estaria alinhada a aspectos *cisnormativos* aos quais optamos por tensionar nesse trabalho. Sendo assim, o comentário foi apenas exposto, preservando o anonimato de seu/sua anunciante (também não sabemos se o perfil seria *fake* ou não), uma vez que a constituição identitário-interseccional de cada um/a deles/as é uma competência única e exclusiva de sua(s) responsabilidade(s), e não nossa.

Postagem (01/04/2019): “*PRECISO DE AJUDA COM A OPINIÃO DE VOCÊS. O que acham? Alguém tem novidades sobre a comunidade científica? Tem ou não tem vantagem? Opinem!*”.

Figura 1- A postagem

PRECISO DE AJUDA COM A OPINIÃO DE VOCÊS

O que acham? Alguém tem novidades sobre a comunidade científica? Tem ou não tem vantagem?
Opinem!



Fonte: Facebook

Descrição visual: foto de Tiffany Abreu atacando uma bola (os autores)

Cientes do forte histórico biologicista que edifica a Educação Física (BETTI, 2004), construído à luz dos saberes biomédicos *cisnormativos* e que desde a década dos anos de 1980 vive uma potente problematização de aspectos sociais, culturais e morais, interessa-nos investigar quais preceitos sustentam o ponto de vista de nossos/as depoentes e como dialogam com a ceara científica do assunto em voga. Embora a transexualidade nos esportes não seja um assunto recente, percebemos, à luz de nosso aporte bibliográfico (BENTO, 2008; BENTO; PELÚCIO, 2012; PELÚCIO, 2012; SIMAKAWA, 2015; DE CAMARGO, 2016; JARDIM, 2018), o quanto as artimanhas *cisnormativas* estão engajadas em silenciar, marginalizar e/ou patologizar a condição *trans* dos sujeitos às instâncias sociais. Assim, remetemo-nos à De Jesus e Alves (2012) e Simakawa (2015) para potencializar a extrapolação que a identificação *trans* promove

em uma sociedade pós-moderna, que caminha rumo a uma descolonização de normas e se aventura em um universo pós-colonialista de ideias e pensamentos.

Resultados (comentários)

Comentário 1: *“Isso chega a ser um absurdo. O pior cego é o que não vê.”*

Comentário 2: *“Tbm acho um absurdo! Não sou a favor de trans em esportes que utilizam a força física. Fica desleal demais. Aposto que se fosse ao contrário, uma mulher que virou homem jogar no time dos homens ninguém ia querer contratar ele pois, mesmo se considerando homem, as atribuições físicas não deixaram de ser femininas.”*

Comentário 3: *“Se fosse a Marta humilharia muitos zagueiros no Brasil”*

Comentário 4: *“Desde a década de 60, o COI já investe em estudos científicos para determinar parâmetros justos de competição entre homens e mulheres (já que no esporte esse foi o critério para a divisão, e que ninguém questiona). O primeiro caso envolvendo atleta trans que se tem datado historicamente é o de Renné Richards, que chegou a disputar o torneio aberto de tênis tanto no masculino como no feminino, após a transição, em 1977. De lá pra cá o COI tem incentivado e produzido pesquisas sobre o assunto. Em 2004 passou a permitir a participação de atletas trans no gênero ao qual se identificam, porém com muitas restrições, inclusive legislativas. A partir de 2004, mais estudos foram desenvolvidos para se averiguar o impacto da transição hormonal no rendimento de atletas trans, com destaque em especial para os estudos de Joanna Harper. Em todos esses estudos comprova-se considerável perda de rendimento, bem como massa magra, potência, agilidade, velocidade, densidade óssea, entre outras valências, que equiparam atletas trans a atletas cisgênero. Sem levar em conta os possíveis riscos físicos e psicológicos da hormonização, como problemas de ordem psicológica (ansiedade, depressão) e físicos (sobrecarga de órgãos e sistemas vitais). O que se sabe atualmente, após anos de pesquisa, é que não existe, até a presente data, vantagens que justifiquem a exclusão de atletas trans do esporte. Ainda, as pesquisas agora passam a estudar caso a caso, uma vez que cada corpo é diferente e apresenta respostas diferentes frente aos estímulos promovidos. No mais, o COI está baseado em dados científicos para permitir essa participação, através de rígidas normas impostas aos atletas trans para que possam participar sem prejudicar os preceitos de justiça e equiparidade no esporte. Fora isso, é tudo especulação e discurso pouco fundamentado.”*

Comentário 5: *“Corroborando os pontos do Setembrine¹⁰*

1 - <https://scielo.conicyt.cl/.../0048-766X-rchog-83-03-0318...>

2 - <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30531457>

3 - <https://link.springer.com/.../10.1007/s40279-016-0621-y...>

São artigos que abordam aspectos do impacto da transição e, também, sobre a inexistência de indícios significativos para exclusão a priori de atletas trans.”

¹⁰ Os nomes dos/as usuários/as foram alterados para manter o anonimato destes/as.

Comentário 6: *“To adorando essa discussão. É um assunto que pretendo dar pra minhas turmas de ensino médio e esses embasamentos teóricos são excelentes”*

Comentário 7: *“uma palestra sobre esse tema.”*

Comentário 8: *“por que atletas trans competem (ou só competem) no feminino? Pq não tem o oposto?”*

Comentário 9: *Por que não se cria uma liga exclusiva para atletas trans? E por fim das duvidas desse mero gafanhoto, pq nao se tem mulher tratando hormonal pra competir no masculino?”*

Comentário 10: *“bom dia!! Tenho uma dúvida e pelo que ouço falar sobre você, é a melhor pessoa para sanar essa dúvida. Gostaria de saber como uma pessoa que recebeu hormônio masculino a vida inteira e, após a mudança de sexo, passou a receber hormônio feminino não teria alguma vantagem biologicamente? E qual é o período de hormonização de um atleta?”*

Comentário 11: *“Estudar bioquímica e fisiologia, entender as adaptações crônicas que uma vida inteira de testosterona a nível masculino e treino promovem e mesmo assim aceitar que Trans podem competir com mulheres cis beira o absurdo. É jogar no lixo todo seu estudo sobre hormônios e adaptações no lixo em prol de defesa de um ideologia.”*

Comentário 12: *“Contra a falsa comparação homem e mulher (não é disso que se trata, como já abordou bem o Setembrino), fica a revisão de literatura de 2016 que mostra justamente o oposto: <https://link.springer.com/.../10.1007/s40279-016-0621-y...> .”*

Comentário 13: *“o Outubrine¹¹ pediu a gentileza de manter no campo do argumento as respostas, sejam elas à argumentos, sejam à ausência deles transmutadas em violência verbal.”*

Comentário 14: *“só uma observação: Opiniões diferentes formam a democracia. A violência não.”*

Comentário 15: *“É uma revisão de literatura - A1 - revista Sports Medicine. Eu espero que o argumento leviano de "dominação ideológica" não seja apontado, ou, então, corremos risco de dizer que a Sports Medicine é uma revista de controle de comportamento via ideologia - o que acho difícil de sustentar até pro mais desonesto intelectual.”*

Comentário 16: *“Hahahaha que maluco comédia.”*

Comentário 17: *“Toma uma surra de argumentos bem fundamentados de quem estuda (não de quem olava), todas respostas extremamente pacientes depois de só comentários idiotas sem mais nem menos de xingamentos, taxação de "absurdo" e "aberração" baseados no achismo e na transfobia que ofende (e mata) severamente muita gente, aí agora reivindica respeito.”*

Comentário 18: *“Para de mimimi!!! Essa geração está de fato muito não me toque”*

Comentário 19: *“não entendi porque você não pediu respeito ao outro macho lá em cima”.*

Comentário 20: *“Quem adivinha o significado disso?”*

Comentário 21: *“Sobre aberração? Significado: desvio do que é considerado padrão”.*

Comentário 22: *“Ele tem direito a opinião dele. Se ele está certo ou errado é outra história”*

Comentário 23: *“qual é o padrão trans?”*

¹¹ Vide nota anterior.

Comentário 24: “Uai. E a Outubrine não tem direito a opinião dela? Proteção para comentários transfóbicos e dores para comentários insultando macho. Aaarrrg.”

Comentário 25: “Pelo amor de Tiffany Abreu. Vcs não sabem o mínimo de sistema endócrino, cardiovascular, produção de energia, armazenamento, estoques e etc e querem cagar regras sobre quem pode ou n fazer determinada coisa. Existem pessoas que são capazes de fazer e o fazem de maneira satisfatória. A partir do momento que uma pessoa trans ingere uma gota de hormônio regurlamente todo seu sistema é modificado. Quantos pessoas trans que são atletas vcs conhecem? Quantas pessoas trans estão dentro da universidade? Quantas pessoas trans então no nosso dia a dia? Quantas pessoas estão pelas ruas? Quantas pessoas trans estão fazendo exercícios físicos regurlamente?”

Comentário 26: “<https://nlucon.com/.../boxeador-trans-pat-manuel-faz.../...> já que pediram homens trans.NLUCON.COM; <http://www.nlucon.com/.../juliano-ferreira-e-o-1...> Matéria com ele. Também é professor de Educação Física NLUCON.COM”

Comentário 27: “A vantagem é total... afinal de contas é HOMEM... sem mais.”

Comentário 28: “Alunos! Fomentem essa discussão em forma de palestra na EEFD! Será que o CA não se dispõe a organizar? Uma sugestão...”

Comentário 29: “Agora, aposentada, rrsrrs. Mas me disponho a divulgar e dar sugestões na organização”.

Comentário 30: “Boaaaa, eh um ótimo debate e acho que necessário, professor Setembrine de volei pode nos ajudar tbm”

Comentário 31: “vamos trazer esse assunto na segunda feira na Liga academica 12:00 na sala 502 . A palestra é gratuita. Se você não puder estar presente, todas as nossas palestras são filmadas (ao vivo no Instagram @laef.ufjr) e ainda ficam disponíveis 24 horas para que todos (independente do turno) possam ter acesso.”

Comentário 32: “Mas divulguem bastante e não esqueçam dos alunos concurso noturno”.

Comentário 33: “justamente não só por conta dos alunos do turno noturno mas os da tarde e os da manhã que não podem estar presentes que gravamos e disponibilizamos por 24 horas no Instagram. Fazemos isso desde o início da Liga para que todos possam ter acesso. Nosso perfil é @laef.ufjr”

Comentário 34: “no nosso instaram @laef.ufjr (nosso principal meio de comunicação)”

Comentário 35: “Por isso bioquímica tem o maior índice de reprovação.”

Comentário 36: “Voces definem regras a partir do que veem. Coitada das pessoas diferentes nas maos de vcs professoresinhos de araque. Desserviço pra evolução educacional.”

Comentário 37: “Ed física que deveria ser estruturalmente uma introdução aos valores moral e etico através do corpo, ta se tornando objeto de capacidade a partir da seleção padronizada.”

Comentário 38: “Parabens amores toma o certificado de melhor bosta do ano.”

8	Dúvidas	Deferente	“Competem”
9	Dúvidas	Deferente	“Exclusiva”
10	Dúvidas	Deferente	“Hormônio”
11	Contrária	Agressivo	“Absurdo”
12	Explicativa	Deferente	“Revisão”
13	Indiferente	Deferente	“Violência”
14	Indiferente	Deferente	“Democracia”
15	Explicativa	Deferente	“Ideologia”
16	Indiferente	Irônico	“Maluco”
17	Fora do contexto	Agressivo	“Surra”
18	Fora do contexto	Irônico	“Mimimi”
19	Fora do contexto	Irônico	“Respeito”
20	Fora do contexto	Irônico	“Significado”
21	Fora do contexto	Deferente	“Aberração”
22	Fora do contexto	Deferente	“Opinião”
23	Dúvidas	Deferente	“Padrão”
24	Indiferente	Irônico	“Proteção”
25	Reflexão	Agressivo	“Quantas”
26	Explicativa	Deferente	“Professor”
27	Contrária	Agressivo	“Vantagem”
28	Indiferente	Deferente	“Palestra”
29	Indiferente	Deferente	“Organização”
30	Indiferente	Deferente	“Professor”
31	Indiferente	Deferente	“Palestra”
32	Indiferente	Deferente	“Alunos”
33	Indiferente	Deferente	“Instagram”
34	Indiferente	Deferente	“Instagram”
35	Reflexão	Irônico	“Bioquímica”
36	Reflexão	Agressivo	“Araque”
37	Reflexão	Irônico	“Valores”
38	Indiferente	Agressivo	“Bosta”

* Quanto às posições, identificamo-las enquanto: Contrária – não concorda com a participação da atleta mulher *trans* no esporte feminino; Indiferente – demonstra-se alheio/a ao assunto, nem à favor nem contra a participação da atleta mulher *trans* no esporte feminino; Explicativo – expõe dados científicos e históricos que norteiam as discussões sobre a participação da atleta mulher *trans* no esporte feminino; Dúvida – promove questionamentos sobre a participação, bem como a legalidade, de atletas *trans* no esporte; Fora do Contexto – não está diretamente ligada à discussão sobre atletas *trans* e esporte; e Reflexão – explora desdobramentos para além de dúvidas sobre a temática de atletas *trans* no esporte.

** Quanto ao tom, identificamo-lo enquanto: Agressivo – apresenta termos pejorativos e/ou discurso de ódio; Irônico – apresenta aspectos irônicos, podendo ser através de controvérsias ou zombaria; Deferente – apresenta atenção e/ou reverência, manifestando condutas de reconhecimento representativo da temática e; Admirador – apresenta admiração e interesse pela temática.

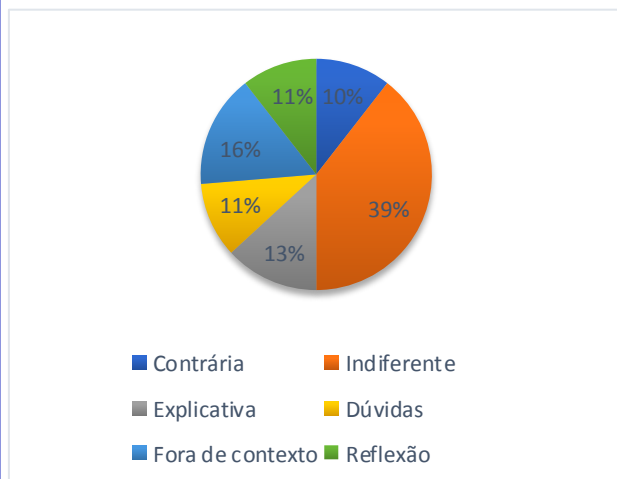
*** Quanto à palavra destacada, elencamo-la a partir da leitura dos comentários, sendo a escolhida a que, para nós, destacou-se frente o discurso.

Fonte: os autores

Traduzimos os resultados do quadro no que se refere ao posicionamento e tom empregados aos comentários nos **Gráficos 1 e 2** (abaixo), evidenciando o percentil de nosso grupo depoente face ao universo analisado. Embora não seja de nosso interesse

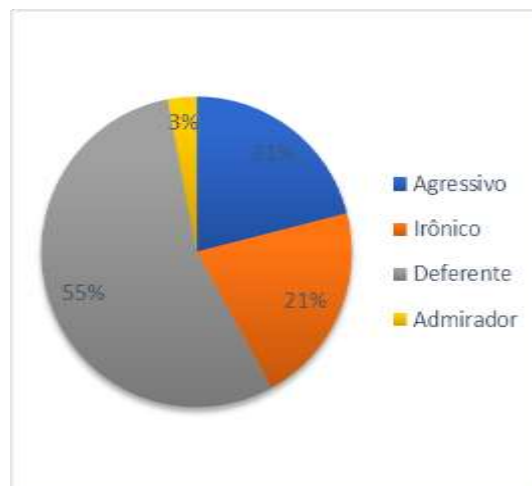
uma abordagem estatística, acreditamos que trazer o desenho matemático de nossos dados pode favorecer nossas análises e o que nos direciona para nossas argumentações.

Gráfico 1- Distribuição das posições



Fonte: Os autores

Gráfico 2- Tom dos comentários



Fonte: Os autores

Discussão

Primeiramente, gostaríamos de destacar que encontramos um equívoco na postagem, já que traz uma pergunta bem delineada e pertinente ao universo fenomenológico dos esportes, entretanto, anexa uma foto de Tiffany Abreu quando esta ainda atuava entre os homens e não havia completado seu processo de hormonização, estando, portanto, com sua musculatura muito mais preservada em termos de volume do que a apresentada atualmente enquanto mulher *trans*. Nesse sentido, mesmo que não fosse a intenção da pessoa que realizou a postagem, irrompe certa tendência em promover a comparação indevida entre atletas homens *cis* e mulheres *cis*, o que descaracteriza totalmente as recomendações sugeridas pelo COI em seu documento de 2015 que institui parâmetros a serem seguidos para que atletas *trans*, intersexuais e/ou com hiperandrogenismo possam competir de maneira regular pelo naípe ao qual se identificam.

A partir dessa observação, ao analisar os posicionamentos e tons dos comentários, identificamos que há uma correlação às posições “indiferente”, “fora de contexto” e “explicativa” (mais quantidade) com os tons “deferentes”, “agressivos” e “irônicos” dos comentários. Quando analisado a “indiferença” nas respostas,

percebemos que, em geral, são tons “deferentes”, como nos comentários 7, 13, 14 29 a 34. Esses comentários geralmente estão alinhados a manter a ordem e a possibilidade de debates e eventos para se discutir sobre o tema. Os comentários 3, 16 e 24 são “indiferentes” com tons “irônicos”, fazendo comparações entre figuras e personagens.

Quando avaliado como “fora de contexto”, percebe-se uma correlação com o tom “irônico”, visto nos comentários 18 a 20. Nesses, geralmente se discute sobre os comentários de outros participantes. Os comentários 21 e 22 parecem ser respostas para os comentários 18 a 20 onde, de forma deferente, tenta apresentar o que são opiniões de vários participantes.

Os comentários “explicativos” tiveram tons “deferentes”, como percebido nos comentários 4, 5 e 12. Esses comentários discutiram sobre a inserção, consequências da transição nas dimensões psicológicas e físicas, além de estudos científicos sobre pessoas *trans* e esportes. Foi apresentado nesses comentários, também, alguns *links* de *sites* de artigos científicos com o intuito de apresentar quais são os impactos do processo de transição e do tratamento hormonal cruzado em pessoas *trans*. Ademais, esses comentários também apontam uma discussão de gênero e a indevida comparação entre homem *cis* e mulher *cis* (comentário 12), como já foi supracitado. Dentre alguns estudos sobre atletas trans e esporte no Brasil, Garcia e Pereira (2020) destacam os seguintes:

Quadro 1- Estudos sobre Tiffany e demais atletas trans no Brasil

Estudo	Autoria	Ano	Objetivo	Resultados
Tiffany Abreu is still one of the guys: uma discussão sobre transgeneridade no espaço do voleibol	Brito e Pontes	2015	Analisar o tratamento dado pela mídia internacional ao caso de Tiffany em seu período de transição de gênero	As reportagens anunciam o processo de transição de Tiffany e sinalizam a opinião de competidores e treinadores sobre sua participação no esporte
Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte	Coelho <i>et al.</i>	2018	Analisar os poucos estudos voltados para o tema "atletas transgênero", esclarecendo algumas questões relacionadas aos sujeitos trans e reforçando a importância do esporte para esse grupo	Não há evidências concretas de que uma pessoa trans possa competir na categoria com que se identifica, mas estudos indicam que esses/as atletas não apresentam vantagens significativas que corroborem para seu impedimento
O masculino, o feminino e o esporte – o projeto de lei João Nery e um olhar sobre a jogadora de vôlei Tiffany	Paes e Moas	2018	Refletir sobre o tema “transgênero e esporte” com argumentos científicos e fidedignos, partindo da análise das questões sociais e do projeto de lei de João Nery, aplicando o conhecimento ao caso de Tiffany Abreu	As questões que envolvem a diversidade transgênero e sexual estão historicamente ligadas à dominação masculina, o que reforça preconceitos. Destaca o envolvimento dos movimentos sociais em prol de políticas públicas que busquem a equidade de gênero
Transexualidade e esporte: o caso	Prado e Nogueira	2018	Problematizar as normas de gênero nos esportes competitivos	O tema carece de investigações empíricas, ainda é tratado como

Tiffany Abreu em “jogo”			de alto rendimento, com foco no desempenho trans.	uma novidade no Brasil e as intervenções que o abordam não propõem soluções plausíveis para a situação
As Mentiras que te Contaram Sobre a Presença de Tiffany na Superliga	Rezende e Passos	2018	Desmistificar os discursos falaciosos que sugerem a vantagem biológica avassaladora de Tiffany sobre as mulheres cisgênero por meio da análise de seu desempenho em pontos, sets, fundamentos e partidas	Até o momento, com a pesquisa atual, nenhuma vantagem foi identificada de atletas transexuais sobre cisgêneros, em especial no caso de Tiffany
Ressignificações no esporte através da performance de Tiffany Abreu	Garcia e Pereira	2018	Analisar os processos de resignificação no esporte a partir da atuação de Tiffany	A trajetória da atleta está envolvida em árduos obstáculos, porém subvertidos por ela, que perturbam os sentidos e significados do campo esportivo, ainda fortalecido por paradigmas heteronormativos
Problematizando questões de gênero: “A força de uma mulher forte”	Botelho, Aguiar e Quadrado	2019	Analisar uma reportagem online sobre Tiffany, problematizando o efeito da mídia na produção de corpos e gêneros, entendendo que os discursos veiculados pela mídia desencadeiam efeitos reais e que essa proliferação discursiva vem atuando na produção dos sujeitos	O conhecimento biomédico se destaca como um poderoso discurso para distinguir e hierarquizar os sujeitos de acordo com a norma binária. Apesar dos fortes alicerces do padrão binário que ainda regem as práticas esportivas globais, a participação trans cria fissuras que podem abalar tais estruturas
A trajetória pessoal de Tiffany Abreu no esporte de alto rendimento	Garcia e Pereira	2019	Compreender a trajetória pessoal de Tiffany no esporte de alto rendimento	Tiffany enfrentou resistências ao longo de sua trajetória pessoal, envolvendo a transição e manutenção de gênero no Esporte, o tratamento da mídia e da torcida e a fruição de uso dos vestiários
A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany	Iwamoto	2019	Analisar comentários em uma postagem do Facebook, construída sobre a transexualidade no contexto esportivo, considerando a inclusão e a permanência de Tiffany	Há uma restrição em aceitar diferenças, especialmente a diversidade de gênero e sexualidade, com o esporte reforçando o binarismo de gênero. Ao mesmo tempo em que as redes sociais têm possibilitado maior visibilidade de determinados sujeitos e/ou grupos, também ampliou um espaço de exposição de diversas pessoas sem os devidos conhecimentos técnico-científicos.
A divisão no esporte deve ser separada por sexo ou gênero	Silva	2019	Analisar as questões jurídicas e de gênero que cercam o caso Tiffany por meio de controvérsias relacionadas à biologia	A divisão do esporte baseada no sexo biológico impede o reconhecimento das mulheres transexuais dentro da categoria feminina. Se os critérios aplicados pelos órgãos reguladores forem seguidos, não há impedimento legal e/ou moral que impossibilite essa participação

Fonte: Garcia e Pereira (2020, tradução nossa).

Os estudos supracitados corroboram com a ideia de que é problemática a comparação entre atletas *cis* e *trans*, uma vez que se desconsidera a passagem pelo tratamento hormonal cruzado que pessoas *trans* se submetem. Não seria viável e adequado uma análise comparativa dessa forma, devendo ser analisado ou em um pesquisa-análise com recorte temporal longitudinal, verificando as diferenças ocorridas com o tratamento, ou uma análise entre pessoas *cis* e *trans* de mesma categoria, isto é, comparando mulher *cis* com mulher *trans* e homem *cis* com homem *trans*.

Diante das análises empreendidas nos comentários e dos fatos midiáticos, é de se destacar que só surgiu a oportunidade de pensar e reconhecer pessoas *trans* inseridas no esporte, na realidade brasileira, a partir do momento em que Tiffany é contratada para jogar o campeonato nacional de voleibol brasileiro, no final de 2017. Entretanto, já era de conhecimento da mídia e de algumas pessoas que a atleta estava atuando no continente europeu, muito embora a participação da jogadora não tivesse repercussão alguma no Brasil (BRITO; PONTES, 2015).

Essa visibilidade social é defendida por Lanz (2015) como contraditória na vida de pessoas transexuais, pois há a necessidade de uma exposição dessas pessoas, tornando-as públicas. Porém, devido às diversas provocações oriundas da sociedade *cisnormativa*, as pessoas *trans* acabam se tornando marginalizadas, muitas vezes dentro de um submundo. Conforme afirma Caudwell (2015), o envolvimento crítico com ontologias da sexualidade problematiza como determinados termos identitários possibilitam intervenções e transformações de culturas e práticas esportivas, no entanto, embora promova essa desestabilização, reforça categorias já dispostas pela *cisheteronormatividade* ao renovar as inúmeras sexualidades em óticas binárias para atender ao modelo de divisões esportivas. As limitações sociais, sobretudo ao interseccionar com os marcadores desses espaços pautados na *cisheteronormatividade*, acabam invisibilizando essas pessoas e prejudicando-as de adentrarem e permanecerem nesses contextos, como é o caso dos esportes.

Ao tocarmos na questão da transexualidade, devemos nos atentar ao fato de que a existência material dessa identidade só é vista no ano de 1953. A partir desse momento, a ideia de que pessoas nasciam no corpo errado era adotada para classificar clinicamente essas pessoas, através de um exercício da Medicina que interpretamos como *cisnormalizador*. Quando operamos com o prefixo *cis*, é impossível dissociar o caráter epistêmico de violência que se encontra embutido nas normas *cis*. Amparadas pelo alicerce básico do ser colonizador, tais normas se impõem através do uso do

biopoder-saber e da força, contribuindo para a criação e manutenção de fenômenos policiadores e simbólico-fisicamente agressivos que naturalizam a *cisnormatividade* sobre os corpos, os gêneros, as raças/etnias, etc. (SIMAKAWA, 2015).

Ainda falando de conceito e pensando em oposições léxicas não-binárias, podemos situar o conceito *cis* como instrumento do biosaber-poder que cria, valida e legitima a humanidade das pessoas *trans*, e é aí que o *cissexismo* aniquila a existência de pessoas fazendo com que não seja possível registrar a presença de pessoas *trans* nos espaços sociais (KASS, 2015), inclusive através da transfobia (SIMAKAWA, 2015). De fato, a imposição *cis* sobre a categoria de gênero é a concordância compulsória entre o sexo biológico e o próprio gênero, resultado de uma ordem social, política e cultural que normaliza a *cisgeneridade* e abomina a *transgeneridade*, ou seja, toda forma que vai além da depreensão *cis*.

Esse mesmo *cissexismo* coloca sobre pessoas *trans* a ideia das categorias de homem/mulher e masculinidades/feminilidades perfeitas à luz dos padrões *cis*, sobretudo se nos atentarmos que estas são as únicas formas identitárias possíveis nas sociedades ocidentais. Esse pensamento acaba corroborando para que as pessoas *trans* busquem a imagem do homem *cis* e da mulher *cis*, sem nenhuma marca que identifique a *transgeneridade* ou transgressão da *cisnormatividade*, recorrendo muitas vezes a inúmeros procedimentos estéticos e cirúrgicos que lhes possibilitem a passabilidade *cis*.

O termo “passabilidade *cis*” é utilizado para exemplificar a leitura social de corpos *trans* como corpos *cisgêneros*, com pouca ou quase nenhuma menção aos dispositivos transexualizadores. Para Lanz (2015, p. 285) “Passar é a mesma coisa que ser reconhecida pela sociedade, como alguém em conformidade com as normas de gênero”. Pessoas *trans* passáveis são aquelas que a população, de maneira geral, não identifica como *trans* e, assim, o advento da passabilidade se apresenta como uma importante estratégia de (sobre)vivência, já que lhes oferece o *status* social e humanizante “normais”, levando-as a não passarem por situações constrangedoras e/ou transfóbicas.

A passabilidade nem sempre é possível mediante as interferências externas, como o caso das cirurgias de redesignação sexual. Algumas pessoas transexuais preferem não desenvolver a passabilidade, transformando sua imagem e seu corpo em uma marca e resistência do movimento *trans*, renegando a *cisnormatividade*. Diante disto, essas pessoas acabam se tornando alvos mais fáceis de preconceitos, discriminação, violências, etc., como já mencionado.

A transexualidade não pode ser pensada de forma fragmentada, assim como as questões de gênero. Há diversos marcadores sociais, econômicos, culturais e históricos que influenciam a concepção das pessoas e, neste contexto, Bilge (2009, p. 70, tradução nossa) situa esses marcadores da diferença através do processo interseccional entre eles, que se misturam ao gênero e sobrepõem-se em várias camadas de poder:

Interseccionalidade refere-se a uma teoria transdisciplinar que visa compreender a complexidade das identidades e desigualdades sociais através de uma abordagem integrada. Ela refuta a compartimentalização e priorização dos principais eixos de diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual. A abordagem intersectorial vai além de um simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão operando a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais.

O advento da interseccionalidade para uma análise da *cisnormatividade* é crucial, já que raça, sexo/gênero e classe social não podem ser interpretados isoladamente. Piscitelli (2008) explica que o conceito de interseccionalidade surge do debate internacional sobre categorias emergentes das diferenças sociais articuladas com gênero no final da década de 1990, tornando-se amplamente discutidas no Brasil a partir dos anos 2000. Pode ser compreendido como as maneiras de interação entre formas subordinadas, ou seja, o cruzamento dos marcadores sociais da diferença. Neste sentido, é possível complexificar a *cisheteronormatividade* esportiva a outros marcadores, tais como raça, etnia e classe social, através de significações e atribuição de valores, o que culmina na invisibilização e marginalização dos sujeitos dissidentes ao padrão e, portanto, desvalorizados.

O pensamento decolonial e pós-colonial nos ajuda a entender esse funcionamento trazido aqui por Simakawa (2015, p. 42):

Ao tomar a (de)colonização como conceito analítico para uma reflexão sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero, pretende-se denunciar o caráter colonizatório dos obstáculos institucionais e não institucionais a uma existência digna a essas pessoas, incluindo-se aqui sua exclusão sistemática de espaços de decisão e produção de conhecimento, bem como explicitar o etnocentrismo que permeia as definições dominantes de gênero, desestabilizando cronologias que privilegiam instituições médicas para analisar inconformidades de gênero – respeitando, pois, a existência histórica de perspectivas outras sobre gênero que não a “ocidental”.

A partir deste universo social absurdamente plural, identificamos características importantes dessas enunciações nos comentários postados na publicação do *Facebook*. Em pesquisa semelhante, Iwamoto (2019, p. 176) destaca: “O ciberespaço e a cibercultura se tornaram um cenário panóptico, onde se vigia, discute e julga diversos assuntos, principalmente aqueles que desviam da configuração normatizada socialmente”.

Nosso estudo descortina o regime de *cisnormatividade* que é demarcado pelos estudantes de Educação Física em alguns momentos (comentários 1, 2, 3, 8, 11, 18 e 27), principalmente àqueles contrários a inclusão *trans* neste modelo esportivo atual. Ele é acionado para excluir as mulheres *trans* de participar entre as mulheres *cis* com o discurso de que essas constroem os corpos com taxas altas de hormônios androgênicos nas fases de maturação biológica, e toda essa construção faz com que essas pessoas nunca possam se desenvolver e/ou se enquadrar enquanto pessoas do outro sexo, mesmo após o processo de tratamento hormonal cruzado. Também, é intrigante como aqueles/as que se posicionam contrários ignoram o fato de que a transição de gênero e a intervenção hormonal possam começar antes mesmo da puberdade, o que nós interpretamos como uma falta de informação sobre a realidade *trans*, sendo essa extremamente benéfica à *cisnormatividade*, já que a protege pelo desconhecimento do processo de humanização civilizatória dos sujeitos nas sociedades atuais.

Thiago Iwamoto (2019) em sua tese de doutoramento analisou 623 comentários realizados na rede social *Facebook* em uma determinada postagem de uma página reconhecida por promover tensões e reflexões sobre assuntos considerados tabus – a “Quebrando o Tabu” – sobre a inclusão e permanência de Tiffany Abreu no voleibol feminino. Dentre suas principais inferências, Iwamoto (2019) destaca o caráter abjeto atribuído ao corpo *trans*; a forte tendência dos/as internautas entenderem o gênero e a identidade de gênero à luz de “[...] fatores anatômicos e fisiológicos, sobretudo a produção hormonal distinta em machos e fêmeas” (p. 179); o estabelecimento de um preconceito que se estabelece perante o corpo *trans* atlético, tendo como pano de fundo o não entendimento de conceitos importantes à temática para a construção de seu posicionamento, tais como o sexo, o gênero, a orientação sexual e a identidade de gênero; e correlato ao preconceito, vincula-se um caráter negacionista perante os dados científicos que são apresentados, denunciando que “[...] ainda não há um processo de reflexão crítica e, possivelmente, de modificação conceitual por parte de muitos atores que se manifestaram de forma preconceituosa” (p. 180).

Neste universo de corpos *trans* atléticos ao qual nos aprofundamos, identificamos também que para mulheres *trans* a rejeição é ainda maior, sustentando a ideia machista-patriarcal das Ciências Biológicas ao qual a Educação Física se assenta, alegando que mulheres *trans* sempre serão, biologicamente, machos/homens e melhores atletas que as mulheres *cis* em termos de desempenho, um quadro comparativo que, além de indevido, chega a ser ultrajante. Os/as depoentes contrários à causa ainda possuem a dificuldade de entender e aceitar que o gênero é uma construção social e, para além, que existe a possibilidade de pessoas *trans* estarem inseridas nos esportes à maneira tradicional, dividido em masculino e feminino *cis* (comentários 1, 2, 11 e 27). Caudwell (2015) nos ajuda a compreender que esse processo ocorre devido ao mecanismo de geração de competições esportivas, que obriga todos os órgãos a se enquadrarem arbitrariamente em uma das divisões entre masculino ou feminino, devendo se moldar à luz dos desempenhos inerentes a essas categorias. Esse fundamento permite desvelar um discurso generalizado e generalizante que incide sobre os corpos, adotando necessariamente uma posição de gênero, ou seja, um corpo é marcado e configurado pelo próprio conceito de gênero por meio de uma ordem social mais ampla (CAUDWELL, 2015).

Os comentários 1, 2 e 11 ilustram o negacionismo à inclusão de pessoas *trans* nos esportes, considerando a situação como absurda e alicerçada nas atribuições físico-biológicas *cis*, isto é, sem qualquer intervenção hormonal. O incômodo e desconhecimento parte de que a presença do/a atleta *trans* perturba práticas e entendimentos contrários às normas de gênero, explicando o caráter excludente das identidades binárias e negando a precedência explicativa da ordem biomédica (CAUDWELL, 2015). Esses e outros posicionamentos com o mesmo teor acabam construindo estigmas de pessoas que não possuem um conhecimento específico – apesar de serem discentes do curso de Educação Física – da área de gênero, identidade de gênero e sexualidade humana. Essas restrições e justificativas baseadas em concepções biologicistas exclusivamente *cis* precisam ser mais investigadas, já que o corpo de uma pessoa *trans* que faz a terapia hormonal cruzada desenvolve processos bioquímicos e fisiológicos que não são explorados pelos cursos de graduação. Desta forma, acreditamos ser extremamente necessário investigar as modificações corporais ocasionadas pelo tratamento hormonal cruzado nos corpos *trans*, dissociando-os dos processos bioquímicos dos corpos *cis*.

Gooren e Bunck (2004), Harper (2015) e Harper *et al.* (2018) são exemplos de profissionais que buscam, através de pesquisas científicas, analisar as modificações biofisiológicas em transexuais que fazem tratamento hormonal cruzado, bem como suas implicações no desempenho atlético dessas pessoas. Esses estudos demonstram que há diferenças biológicas e fisiológicas após o início do tratamento hormonal, tais como perda de densidade óssea, diminuição de algumas capacidades físicas como força, velocidade e agilidade, por exemplo, maior período de recuperação após o estímulo de treinamento, entre outras. Essas informações também estão relacionadas com a individualidade biológica de cada pessoa, fato considerado pelo COI no *Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism* (o documento de 2015).

Ao apontar e se fundamentar somente no aspecto bioquímico e biofisiológico *cis*, os/as discentes analisados acabam retroagindo à concepção do que é o esporte (comentários 2, 8, 9, 11 e 27). O esporte, apesar de ser um espaço hegemonicamente masculino (BOURDIEU, 1990), não deve ser pensado apenas pela perspectiva biológica. Enquanto importante patrimônio histórico da humanidade, que sofreu várias modificações ao longo do tempo, o esporte deveria ser (re)pensado como um espaço de oportunidade para as múltiplas identidades corporais conforme o avanço dos saberes biomédicos e socioculturais.

Bracht (2005) destaca que, por ser um fenômeno advindo das práticas sociais humanas, o esporte moderno é o reflexo dos cenários sociais. Se a sociedade se altera, por que o esporte continua tradicionalmente preso às categorias de divisão oriundas do final do século XIX e início do século XX, onde a única alternativa vislumbrada para zelar pela equidade de justiça nas competições esportivas foi o sexo do/a atleta? Hoje já sabemos que são inúmeros os aspectos que influenciam no rendimento atlético, tais como biológicos, sociais e culturais. Nesse sentido, onde estão as discussões socioculturais no fenômeno esportivo? Pelo exposto, a competência biomédica *cis*, amplamente desenvolvida com o avanço da Medicina ao longo do século XX se entranhou nas normas esportivas, tornando-se, até o presente, inalteráveis e intocáveis, o que subsidia inclusive o pensamento de se criar uma liga exclusivamente para atletas *trans*, como visto no comentário 9.

A partir daí, questionamos: se o esporte deveria ser um campo integrado, heterogêneo e mutável, criar uma liga ou categoria específica para pessoas *trans* não seria uma forma de exclusão? Já que o esporte é um espaço de disputa e reforço de poderes (BRACHT, 2005), a criação de uma liga seria uma forma de controlar os corpos

e aqueles que se enquadram no mesmo. De tal modo, haveria uma segregação das pessoas *trans*, sobretudo uma invisibilidade das competições, como ocorre com o desconhecimento do *Gay Games*¹², por exemplo (DE CAMARGO, 2016). Mas além disso, não existe quantitativo significativo de pessoas *trans* para consolidar uma liga específica, uma vez que há o cerceamento dessas pessoas de ingressarem e se manterem no esporte da maneira ao qual ele se apresenta atualmente – extremamente *cisnormativizado*.

Atentando-se a essa perspectiva da criação de ligas para pessoas *trans* nos esportes, alinhado ao questionamento sobre a participação de homens *trans* (comentários 8 e 9), identificamos que o COI apresenta a elegibilidade para que eles compitam na categoria masculina. Entretanto, assim como os casos de mulheres *trans*, a presença de homens *trans* nos esportes é – ainda mais – insignificante e/ou invisibilizado, o que corrobora para a dificuldade de criar, viavelmente, uma liga *trans*.

Nas opiniões contrárias (comentários 1, 2, 11 e 27), percebemos discriminação e estigmas que tentam justificar a não inclusão de pessoas *trans* nos esportes, mas muitos sem as devidas análises comparativas entre os grupos como exposto anteriormente. O preconceito é evidente nesses depoimentos, sobretudo ao levarmos em consideração que a categoria “preconceito” está relacionada com a desinformação sobre determinados assuntos, fato percebido nos comentários analisados. Da Silva, Moura e Lopes (2018, p. 107) apontam que o preconceito “[...] tem como objetivo a percepção falsa e/ou incompleta da situação que lhe é apresentado, criando uma imagem distorcida e/ou contrária”.

Fica evidente que os comentários emitidos em forma de “opinião” tentam camuflar o preconceito, a estigmatização e discriminação quanto ao ingresso de pessoas *trans* no esporte, tendo uma ótica *cistematicamente* unilateral, biológica e sem justificativas e/ou fundamentações em pesquisas que fazem comparações adequadas quanto à fisiologia do exercício, treinabilidade e rendimento do corpo *trans* que faz terapia hormonal cruzada. Mesmo com apontamentos explicativo-reflexivos quanto ao cenário científico, tais como os comentários 4, 5, 12, 15 e 26 (desconsideramos o 25 e 37 por, embora serem explicativos, apresentam caráter agressivo; e o 36 por apresentar

¹² Apesar do *Gay Games* ser considerado um evento esportivo voltado para a comunidade LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, e Intersexos e mais), há críticas dentro desse próprio grupo, uma vez que a terminologia “*Gay Games*” remete à orientação sexual, não englobando as pessoas transexuais.

tom irônico), o pensamento maior parece acionar e se respaldar no negacionismo biomédico ao corpo *trans* à luz da *cisnormatividade*.

Como importante extensão das interações sociais físicas, o “Ciberespaço, cibercultura e as redes sociais se tornaram um campo [...] que possibilitou uma pluralidade de manifestações dos seres humanos [mas] também oportunizou a exposição de atores sem o conhecimento técnico e específico para tais debates”. Nesse sentido, as discussões que poderiam ser de grande valia socioeducativa, acabam por se banalizar e reduzir em formatos compactos que não conseguem ir além das convenções *cistêmicas* do dia-a-dia comum.

Ressaltamos, por fim, que o discurso não deveria estar pautado somente a partir da esfera biomédica *cis*, mas alinhado com as óticas sociais, culturais, políticas e históricas, principalmente pela responsabilidade que o esporte carrega para com a sociedade como um todo. Os resultados aqui encontrados preocupam-nos, pois sugerem que professores/as de Educação Física em formação poderão se tornar meros/as reprodutores/as *cis* de um biosaber médico que ignora diferenças e massacra as diversidades em prol da legitimação do *cistema*.

Considerações Finais

O espaço esportivo continua em constante mudança, sendo que uma delas foi a normatização de políticas públicas que buscam incluir pessoas *trans* entre as pessoas *cis* no universo dos esportes. Mesmo o COI tendo uma característica tradicional marcada pelo patriarcado *cistêmico*, vem buscando possibilidades para que as pessoas *trans* possam competir de forma válida nas categorias em que se identificam, visando assegurar o *fair play* entre os/as atletas e competições¹³. Trouxemos aqui ideias e conceitos de diversos(as) intelectuais para pensarmos a ideia de inclusão com o intuito

¹³ Reconhecemos que a nova política adotada pelo COI é, de fato, falha, já que desconsidera outros elementos tão ou mesmo mais/menos importantes que interferem no rendimento atlético de esportistas para além dos níveis de testosterona no sangue. Todavia, mesmo que a atual recomendação ainda apresente lacunas potentes para investigação, é a atual vigente, devendo ser respeitada quando adotada pelas Federações (estas detém autonomia para elaborar seus próprios protocolos, como faz a IAAF – Federação Internacional de Atletismo, por exemplo, que adota o mesmo protocolo do COI, porém estabelecendo como teto o limite de testosterona de 5 nmol/L de sangue. Assim como a entidade máxima, a IAAF também desconsidera a multiplicidade de indicativos de *performance* para além da testosterona, de acordo com o especificado em suas recomendações). Portanto, seria mais proveitoso instigar a elaboração de novos protocolos de acordo com intervenções científicas longitudinais aplicadas aos/as atletas *trans* para além das taxas de hormônios androgênicos, e não tentar invalidá-las ou excluir esse público do esporte à maneira ao qual ele se apresenta atualmente (que poderia, inclusive, ser repensado).

de construir uma sociedade em que as diferenças sejam positivas e que a binariedade não seja capaz de excluir corpos que transgridem *cisnormas* de ocupar espaços, principalmente nos esportes.

Embora o COI tenha buscado alternativas para essa inclusão, ainda há espaços que precisam rever seus conceitos e princípios, tais como os espaços políticos, religiosos, educacionais e, talvez, a sociedade *ciscolonizada* como um todo. O âmbito acadêmico, em especial o da Educação Física, também precisa refletir, discutir e pesquisar sobre as temáticas de gênero e identidades de gênero alinhadas ao esporte. De fato, esse âmbito ainda se alicerça nas Ciências Biológicas estritamente *cis*, utilizando desses princípios para discutir sobre a inclusão de pessoas *trans* nos esportes como única e exclusiva justificativa para a não inclusão.

Nesse sentido, percebemos como os comportamentos verbais, em forma de comentários, expressam uma divergência sobre essa temática, principalmente ao identificarmos que provoca um incômodo e indignação em algumas pessoas. Os posicionamentos e tons dos comentários demonstram essa situação, sobretudo quando analisamos que mesmo havendo indiferença, há tons deferentes para tratar sobre o assunto. Talvez por ser um meio acadêmico, estamos outros/as discentes e docentes observando os comportamentos dos/as participantes, entretanto, ainda há tons agressivos e irônicos explicitados na discussão, que em nada acrescentam ao debate.

Diante das respostas, também observamos o desconhecimento técnico e específico sobre as temáticas afetas ao assunto, sobretudo daqueles/as que são contra a inserção de atletas *trans* pelo naipe ao qual se identificam. Dentre todos os comentários analisados, os únicos que possuem posições de explicação, apontando evidências científicas, são aqueles que corroboram para a inclusão e o ingresso, enquanto aqueles que são contra, baseiam-se somente na biologia *cis* e em ideias que não fazem análises adequadas, e longitudinais, do impacto do tratamento hormonal cruzado em pessoas *trans*.

Entendemos que o que foi apresentado não é capaz de dar conta da complexidade do que foi exposto e que essas considerações ainda são transitórias. Transexualidade e esportes possuem diversas ramificações e diversos resultados, entretanto, são necessários mais estudos longitudinais, estudos de casos e outras técnicas para que se possa entender melhor sobre a temática. Também, sugerimos a revisitação das recomendações de Comitês e Federações e novas formas de se categorizar o esporte para além do sexo biológico e controle hormonal.

Referências

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568 mai./ago. 2012.

BETTI, Mauro. Corpo, cultura, mídias e educação física: novas relações no mundo contemporâneo. **Lecturas – Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 79, p. 1-9, dez. 2004.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, Janvier mars, v. 225, n. 1, p. 70-88, jan. 2009.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRITO, Leandro Teófilo de; PONTES, Vanessa Silva. “Tiffany Abreu *is still one of the guys*” - uma discussão sobre transgeneridade no espaço do voleibol”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VI Congresso Internacional De Ciências Do Esporte, 19. 2015, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES, 2015. Disponível em: < <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/6922/3651> > Acesso em 16 fev. 2019.

CAUDWELL, Jayne. Sport and sexualities. In GIULIANOTTI, Richard (Ed.), **Routledge handbook of the sociology of sport**. Abingdon, UK: Routledge International Handbooks, 2015. p. 240-250.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

DE CAMARGO, Wagner Xavier. Esporte, cultura e política: a trajetória dos Gay Games nas práticas esportivas contemporâneas. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, p. 97-114, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2001.

GARCIA, Rafael Marques; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Transexualidad y deporte: el caso brasileño de Tiffany Abreu. **Educación Física y Deporte**, v. 39, n. 2, 13 jul. 2020.

GOOREN, Louis J. G.; BUNCK, Mathijs C. M. Transsexuals and competitive sports. **European Journal of Endocrinology**, United Kingdom, v. 151, n. 4, p. 425-429, 2004.

HAGUETTE, Teresa. **Metodologia qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2006.

HARPER, Joanna. Race times for transgender athletes. **Journal of Sporting Cultures and Identities**, Illinois, v. 6, n. 1, 2015.

HARPER, Joanna *et al.* The fluidity of gender and implications for the biology of inclusion for transgender and intersex athletes. **Current Sports Medicine Reports**, Indianapolis, v. 17, n. 12, p. 467-472, 2018.

IWAMOTO, Thiago Camargo. **A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany**. 2019. 242f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2019.

JARDIM, Juliana Gomes. **"It's time"! MMA feminino, mercado da beleza e cis-heteronormatividade: uma etnografia multissituada com lutadoras brasileiras.** 2018. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília/SP, 2018.

KAAS, Hailey. **O que é transfeminismo? Uma breve introdução.** Transfeminismo. Disponível em: < <https://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/> >. Acesso em: 03 Jul. 2019.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros.** Curitiba: Transgente, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 6ª ed. Campinas/SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 6. ed. Tradução Eni Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395-418, dez. 2012.

PINK, Sarah *et al.* Ethnography in a digital world. In: PINK, Sarah *et al.* **Digital ethnography: principles and practice.** Los Angeles, Londres, Nova Déli, Singapura e Washington: *Sage*, 2016. p. 1-18.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 264-274, jul/dez. 2008.

RODOVALHO, Amara M. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p.365- 373, jan./abr. 2017.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador/BA, 2015.

Recebido em julho de 2021.

Aprovado em dezembro de 2021.